

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 51 - Série VII - N.º 469
30 de Dezembro de 1982

Preço: 20\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



1983

Seria bom despedirmo-nos do ano velho com alegria.
E assim é.

Recordaremos 1982 como um ano de crise, desemprego, despedimentos, salários em atraso, falências e penúria - mas recordaremos lutas heróicas e experiências enriquecidas, a unidade erguida em duas greves gerais. Recordaremos 1982 como um ano em que a direita verteu sangue de trabalhadores nas ruas do Porto - mas sabemos que os trabalhadores vitoriosamente defenderam nas ruas do Porto a liberdade conquistada em Abril.

Recordaremos 1982 de destruição de UCPS e Cooperativas da Reforma Agrária - mas temos a Reforma Agrária que resiste, na labuta das Cooperativas e UCPs tal como no coração e querer de quantos a terra trabalham. Recordaremos 1982 como um ano em que a RTP foi como é, em que se tentou destruir a Anop - mas lemos neste fim de ano que, forte de solidariedade e luta, a Anop resiste. Recordaremos 1982 como um ano em que a «AD» no Governo ainda mais destruiu, ainda mais empobreceu - mas vimos a imparável arrancada dos tractores de Montemor-o-Velho para o caminho do futuro lavrado pelos camponeses das Beiras. Recordaremos 1982 como um ano em que a direita mais vendeu Portugal ao imperialismo e à guerra - mas contamos com a juventude que desceu à rua para dizer do seu amor à Paz.

Acima de tudo, recordaremos 1982 como mais um ano de «AD» no Poder: os últimos passos da revisão constitucional, o plano de golpe da saudade fascista, o insulto aos militares de Abril, a gula sombria para umas Forças Armadas ao serviço do passado; mas despedimo-nos deste ano com a democracia vitoriosa no voto do povo, com o Governo Balsemão demitido, com Freitas do Amaral derrotado, com a direita esfacelada.

Seria bom entrarmos no ano novo com certeza.
E assim é.

Entramos em 1983 fortes da unidade da classe operária e dos trabalhadores, fortes de um poderoso movimento sindical, fortes de um fecundo movimento popular. Entramos em 1983 com o mesmo e renovado amor à liberdade que tornou possível resistir ao fascismo, construir a democracia, cortar o passo aos seus inimigos. Entramos em 1983 sendo um povo livre e fraterno, que luta e trabalha, afirma a solidariedade e canta, lava a terra e escreve livros. Entramos em 1983 mais certos ainda de que o passado é uma minoria na fábrica e na arte, no escritório e na escola, no arado e na ciência, nos cabelos brancos dos que viveram e nos longos dos que começam, na vida partilhada de mulheres e de homens.

Entramos em 1983 fortes de um Partido forjado pelos braços e inteligência de um Povo, fortes de sermos estas árvores de raízes cada vez mais fundas na terra pátria, de raízes cada vez mais fundas na classe operária e nas massas trabalhadoras.

Seria bom entrarmos em 1983 com esperança.
E assim é.

Porque esta nossa esperança assenta nas nossas certezas. E assenta também na confiança no futuro. Entramos em 1983 com a inabalável firmeza de quem abraça o que é novo porque dele faz parte. Entramos em 1983 do futuro com a naturalidade de entrarmos na casa para que no presente cavámos alicerces e erguemos paredes. E para a qual, também no presente derrubámos barreiras e forjámos ferramentas.

Entramos em 1983 com a esperança de que não mais haja «AD» no Poder - porque entramos em 1983 com a certeza de que tudo faremos a completar quanto fizemos para tirar a «AD» do Poder, para que a certeza de que os portugueses querem construir Portugal de Abril dê flor - e novos anos.

A CRISE NÃO É DE PESSOAS É DE POLÍTICA

Discutem-se «perfis», ventilam-se «nomes», propõem-se «figuras». Mas a crise a que a «AD» arrastou o País não é de pessoas - é de uma política que conduziu Portugal à beira do desastre. A solução para a crise não é mudar de pessoas: é mudar de política. E para mudar de política é indispensável afastar a «AD» do poder e convocar eleições gerais que abram caminho a um governo democrático com uma política democrática.

Editorial

Suplemento /



Pág. 3

FESTAS DE FIM DE ANO

propostas de paz



Pág. 7

SEMANA

22
Quarta-feira

O Ministério da Defesa divulga em nota oficiosa que os chefes militares não foram confirmados pelo actual Governo, pelo que não iniciaram novo mandato de três anos nos respectivos Estados Maiores; este Governo, actualmente demissionário, adia assim legalmente a questão, deixando a decisão de confirmação ou exoneração para o próximo Executivo. Durante um comício em Queluz o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma sobre a actual situação política no nosso País que a «questão não é de pessoas mas de política — o que há que está do poder é a AD». O Partido Comunista Francês, membro da coligação governamental, e a embaixada da URSS em Paris denunciam através dos respectivos comunicados uma campanha de intoxicação anticomunista praticada sistematicamente pela imprensa francesa, nomeadamente pelas emissoras de Rádio e Televisão nacionais, como exemplos recentes dessa intoxicação são referidos os casos dos «contenidos do gasoduto» euro-siberiano, a «pista búlgara» no atentado contra o Papa ou ainda a «sabotagem» levada a cabo pela CGT na fábrica de automóveis da Citroën. O novo Governo socialista espanhol ratifica a decisão do anterior Executivo de dotar a Força Aérea espanhola com 84 caças-bombardeiros americanos «F-16A».

23
Quinta-feira



Milhares de trabalhadores de Évora, Viana do Alentejo e Arraiolos concentram-se frente à Câmara Municipal de Évora para exigir a dissolução da Assembleia da República, a nomeação de um Governo de gestão e a convocação de eleições gerais antecipadas. Mota Pinto recusa o convite de Balsemão para chefiar o próximo Governo da «AD» por «falta de condições» e devido à «instabilidade» dentro do próprio PPD/PSD. É anunciado na imprensa que o tenente-coronel Vítor Alves presidirá em Amesterdão, de 28 a 30 de Janeiro do próximo ano, a terceira reunião internacional preparatória da Conferência da Solidariedade com os Estados da Linha da Frente. A agência PAP anuncia que foram libertadas todas as pessoas internadas, e encerrados todos os centros de internamento por ordem do Ministério Polaco do Interior. Contingentes militares anunciam que grupos de guerrilheiros atacaram postos do Exército em La Palma, na província salvadoreña de Chalatenango, tendo os combates durado seis horas. É anunciado oficialmente que o governo espanhol aprovou um projecto-lei que impõe a semana de trabalho de 40 horas (máximo) e férias anuais mínimas de 30 dias.

24
Sexta-feira



O Secretariado da Federação de Coimbra do PS reclama que não seja investido um novo Governo da «AD» e que a Assembleia da República seja dissolvida; entretanto Mário Soares, escrevendo no órgão oficial do seu Partido, acha que «se deve aguardar» o desenrolar dos acontecimentos. Morre Louis Aragón em Paris — poeta, romancista e militante comunista francês, considerado um dos mais importantes escritores contemporâneos; contava 85 anos. É anunciado que os Partidos Comunista e Socialista franceses assinaram um acordo conjunto com vista às eleições autárquicas de Março próximo. É anunciada na imprensa a libertação da filha do presidente hondurenho Roberto Suazo Cordova, Xiomara Suazo, de 33 anos, raptada a 14 de Dezembro passado por elementos do «Movimento Revolucionário do Povo» que exigiam, para a sua libertação, a publicação de um manifesto político na imprensa do México e da América Central; a exigência foi satisfeita e Xiomara libertada incólume.

25
Sábado

O Natal dá algumas horas de tréguas na «busca» da «AD» de um novo Primeiro-Ministro a propor ao Presidente da República. O primeiro-ministro grego Andreas Papandreu anuncia que cerca de 30 000 refugiados políticos do país poderão ser repatriados e recuperar a nacionalidade grega, cumprindo assim uma das suas promessas eleitorais. Mil e oitocentos mineiros peruanos, acompanhados pelas mulheres e filhos, continuam uma longa marcha de 800 km em direcção a Lima, a capital, para protestarem contra o encerramento da mina onde trabalham. Os Partidos Comunistas israelita e palestino não pronunciaram-se pela convocação de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente com a participação, em pé de igualdade, de todas as partes, incluindo a OLP, numa declaração comum difundida em Moscovo.

26
Domingo

Os trabalhadores da ANOP mantêm-se toda a noite de domingo de vigília na sede da agência, pretendendo desse modo chamar a atenção da opinião pública para as consequências que teria um eventual despedimento colectivo na empresa. Fonte oficial confirma a prisão de 110 pessoas pertencentes a três organizações de esquerda em Diyar Bakir, no sueste da Turquia. O actual chanceler da RFA, Helmut Kohl, pede aos seus compatriotas que façam sacrifícios «para enfrentar o desemprego» (que atinge os dois milhões) e o elevadíssimo endividamento do Estado. O Partido Comunista da Grécia considera que o Governo do Pasok (socialista), no poder há mais de um ano, não promoveu a mudança desejada pelo povo através do seu voto e dirige-se «para um caminho sem saída».

27
Segunda-feira



Vitor Crespo é escolhido pela Comissão Política do PSD para candidato ao cargo de Primeiro-Ministro no âmbito da «AD»; o seu nome terá de ser agora aprovado pelo Conselho Nacional do PSD e pela cimeira da «AD»; Vitor Crespo é ex-ministro da Educação deste Governo, tendo sido demitido no Verão passado no meio da contestação geral de alunos e professores. Ascende a cerca de 40 000 contos o prejuízo causado por um violento incêndio nas instalações da fábrica Mundet, no Seixal, destruindo toda a secção de ladrilhos decorativos. O «Pravda» afirma que as novas propostas soviéticas formuladas por Iuri Andropov na sessão solene comemorativa do 60.º aniversário da URSS «colocam os EUA perante a necessidade de dar passos construtivos de resposta».

28
Terça-feira

«Não é com nenhum Governo «AD» que a crise política, económica e social se resolverá», salienta Álvaro Cunhal, após a audiência do Presidente da República com uma delegação do PCP. «Consultar o eleitorado para que o Povo escolha uma nova maioria e um novo Governo», é a saída que o PCP vem desde há muito apontando. Decorre em Khalde o primeiro dia de conversações entre os governos libanes e israelita, com o envolvimento dos EUA.

Editorial

UMA SÓ SOLUÇÃO: «AD» FORA DO PODER!

A crise aberta no início da semana passada pela demissão de Pinto Balsemão e, por arrastamento, a de todo o elenco governativo, não significa de maneira nenhuma a abertura de uma simples crise ministerial nem a mera confissão de falência na chefia do Governo da pessoa do Primeiro-Ministro demissionário. É tudo isso mas muito mais do que isso.

É, manifestamente, uma verdadeira crise de política, o desenlace lógico de todo um processo de falência da própria «AD» no seu conjunto como coligação governante e como projecto político.

É hoje um facto evidente não só para uns tantos observadores melhor informados como para a grande massa dos portugueses que o agravamento de múltiplos factores de natureza contraditória conduziram a situação política nacional a um ponto de ruptura.

O elemento detonador da crise governativa actual foi sem sombra de dúvida a pesada derrota da «AD» nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

É preciso, porém, não esquecer que as eleições decorreram num contexto de poderosas lutas de massas que envolveram centenas de milhares de portugueses, as quais, desencadeadas à volta de reivindicações imediatas e específicas, se transformaram rapidamente em grandes acções políticas contra o Governo acabando quase sempre por resumir-se nesta consigna simples: «AD para a rua!».

Não é, pois, de estranhar que as eleições do dia 12, que deveriam normalmente desenrolar-se fundamentalmente em torno da problemática do Poder Local, tenham assumido — em razão de uma crise generalizada e aguda, de natureza política, económica e social — o carácter de um verdadeiro teste político à governação da «AD».

Não é por isso de estranhar também que o veredicto popular de 12 de Dezembro se possa resumir igualmente na consigna simples — «AD para a rua!».

O tipo de solução para esta nova crise governativa é, obviamente, a questão central do momento político que vivemos.

Outras situações complicadas, outras crises de governo mais ou menos agudas ao longo do acidentado processo da Revolução de Abril, têm encontrado soluções adequadas no quadro das instituições vigentes.

A solidez das instituições democráticas tem sido posta à prova e provado o seu valor.

A presente crise, apesar das alterações introduzidas pela revisão da Constituição e da gravidade da situação actual, pode e deve ser solucionada no quadro institucional em vigor.

Entretanto, é útil fazer o ponto desta crise governativa, meter o bisturi e fazer anatomia da «AD» no momento actual.

A demissão de Balsemão trouxe ao de cima a gravidade do conflito entre o projecto e a prática política da «AD» e dos seus sucessivos governos com as realidades do País de Abril.

A «AD», maneando a máquina do Estado, tentou esmagar as conquistas da Revolução, tentou, em aliança com Mário Soares, operar através da revisão da Constituição a subversão do regime para restabelecer o passado.

Com a alteração do sistema de Poder; com a extinção do Conselho da Revolução e a retirada de poderes políticos-militares ao Presidente da República; com a tentativa de governamentalização e partidização das Forças Armadas a favor da «AD»; com a destruição ou a neutralização dos mecanismos de fiscalização da constitucionalidade das leis, ficou perigosamente aberto o caminho para uma nova ofensiva destruidora das conquistas e da armadura institucional e jurídica do Portugal de Abril.

O Governo Balsemão/Freitas do Amaral cifrou as suas esperanças na destruição da componente militar da Revolução de Abril, ao mesmo tempo que recorrendo à repressão e às leis inconstitucionais tentou inutilmente desbaratar a sua componente popular.

Freitas do Amaral foi o principal artífice da revisão antidemocrática da Constituição e, com Jaime Gama, da famigerada lei da Defesa que deveria praticamente invert-

brar e pôr sob o seu próprio comando as Forças Armadas portuguesas.

Balsemão e Freitas foram simultaneamente os mais directos responsáveis pela falência económica e financeira do País, pelo agravamento excepcional das condições de vida do povo, pela profunda insegurança social, pela situação de desastre a que conduziram o País.

Em toda esta política antipopular e antinacional a «AD» desgastou-se como força de governo e como coligação, agravou as contradições entre o seu projecto político e os interesses reais do povo, acirrou as suas contradições internas pessoais e de grupo, acendeu no seu próprio seio uma devastadora luta hegemónica.

A luta denodada, cada vez mais vasta, organizada e firme da classe operária e das massas populares, de que as eleições de 12 foram uma clamorosa expressão política, foi a causa directa da demissão de Balsemão e é, no momento actual, o grande penhor de uma urgente alteração de política e de Governo e de uma necessária alternativa democrática à «AD».

A queda do Governo implicou constitucionalmente a caducidade de todas as suas propostas de lei ainda não votadas e impediu a efectivação das alterações nas chefias militares já programadas pela «AD» e pessoalmente por Freitas do Amaral.

De facto o carácter cominatório do disposto na lei da Defesa Nacional, que prescreve o prazo de cinco dias após a sua promulgação para a recondução ou a exoneração das chefias militares, é claro: os chefes militares em funções não podem mais ser exonerados por decisão do ministro da Defesa.

O desespero de Freitas do Amaral é notório quando tenta contestar o carácter cominatório dos prazos contrapondo-o à pretensa exigência legal da obrigatoriedade expressa de o Governo reconduzir ou exonerar as chefias militares.

A demissão de Balsemão, pública e oficialmente conhecida antes do seu próprio debate entre os barões da «AD», mostrando o Primeiro-Ministro demissionário ser recusou a ser o bode expiatório das medidas impopulares que os seus parceiros queriam que promovesse antes de ser varrido do Governo pela própria coligação, semeou uma evidente desorientação e pânico no seio da Aliança reaccionária.

A tentativa de encontrar um novo candidato a primeiro-ministro, suficientemente desacreditado e manobrável para pôr em prática as medidas antipopulares programadas pela «AD» no imediato, tais como a questão das chefias militares, a aprovação do OGE e do Plano, a famigerada lei de delimitação dos sectores, uma nova subida dos preços, as leis laborais antipopulares, a destruição da Reforma Agrária e outras, faz movimentar desesperadamente os círculos dirigentes da «AD» na busca de uma solução no quadro político-partidário actual.

A «AD» é neste momento uma liça de cruentas lutas intestinas. A necessidade de sobreviver por algum tempo à crise, segurando até aos limites do possível as actuais posições do Poder, é ainda a frágil base de compromisso que lhe segura a corroída coesão interna.

Freitas do Amaral diz que «a «AD» engripou mas está a ser tratada», mas o que é evidente é que a «AD» «gripou» e não tem conserto possível.

O «crítico» do «balsemismo», Cavaco e Silva, o distribuidor das «farturas» eleitoralistas da «AD» em 1980, que abriu o caminho ao desastre financeiro dos governos «AD», diz que a «directão política do PSD escolheu entre as estratégias possíveis a pior para o futuro partido».

Capucho, o secretário-geral do PSD, diz que «não faria sentido que Balsemão regressasse à chefia do partido e que os outros líderes (evidentemente, Freitas do Amaral) se mantivessem no Executivo».

Salgueiro considera a demissão «um erro político». Nos comentários da imprensa reaccionária a desorientação e o desespero são tónicas dominantes.

O do «Diabo» diz que «o PSD está mais doente do que seria de admitir» e que «o que mais impressiona é a falta total de uma linha estratégica entre os barões do

PSD»; a «confusão é total» — escreve ele — e «como resultado iremos ser lançados para eleições antecipadas». Como se vê o terror da direita...

O do «Dia» diz que «a aposta de Balsemão acabará por se voltar contra a própria «AD» e o do «Correio da Manhã» escreveu que Balsemão, reforçado pelo CN do PSD, pretende manter na ordem o CDS».

... CDS que se propôs um período de reflexão de 48 horas...

É neste quadro, onde há evidentemente muito pó atirado aos olhos da opinião pública, que surge a indicação do nome de Vítor Crespo como Primeiro-Ministro a propôr à Indigitação do Presidente da República, como o homem com «perfil» necessário para resolver a crise.

Para toda a gente está claro que o «perfil» de Vítor Crespo, como governante que provocou uma autêntica anarquia no ensino e comprometeu o aproveitamento escolar de milhares de estudantes enquanto ministro da Educação — o «MEU» — é apenas o de um novo bode expiatório para tirar as castanhas do lume e afundar-se depois no descrédito total. Entretanto, o problema central não é o dos «vítor crespos» quaisquer que sejam, «não é do perfil de um homem mas do «perfil» de uma política» — como disse Álvaro Cunhal.

O Presidente da República ainda admite as duas soluções: novo Governo «AD» ou dissolução da AR. Mas é cada vez mais exigente e notório que a demissão do Governo Balsemão põe na ordem do dia as três medidas essenciais para a solução da crise: a dissolução da AR, a formação de um governo que assegure a democraticidade do acto eleitoral e a marcação de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

Tudo o mais são pallativos que não somente não resolvem a crise como deteriorariam numa escala ainda mais grave a situação nacional.

A alternativa ao Governo e à política da «AD» é possível. A primeira condição é a arda-lá do Poder, a segunda é realizar uma nova consulta eleitoral que dê legitimidade às forças democráticas para formar um governo na base de uma vitória que as eleições do dia 12 mostram estar ao seu alcance.

A posição de Mário Soares e de outros dirigentes socialistas não é de molde a abrir o caminho à solução democrática da crise actual.

Mário Soares mostra-se reticente à imediata dissolução da AR. Defende novas eleições mas valendo que é necessário «dar tempo ao tempo». Entretanto valendo responsabilizando o Presidente da República pela não dissolução da AR ao mesmo tempo que obstaculiza de facto uma decisão presidencial nesse sentido.

Surpreendentemente, Zenha, Jorge Sampaio e outros aparecem a defender um «bloco central» com o PSD para um «socialismo democrático» que já em Portugal fez falência.

O preconceito anticomunista volta a dominar os actos dos dirigentes socialistas. Mário Soares diz que não vê «qualquer interesse prático em dialogar com a direcção do PC» e que o PS «está em condições de vir a ser maioritário na sociedade portuguesa, o que dispensaria qualquer tipo de aliança».

Zenha, tocando a mesma tecla de falência política, diz que o «bloco central» é uma «idéia que pode tornar-se interessante» e que «o PS é a única força política que pode relançar o País em termos de desenvolvimento económico e de justiça social».

É evidente que o anticomunismo não só impede uma visão realista das soluções políticas nacionais que a crise coloca na ordem do dia como visa afastar do Governo do País uma força que em mais de 28% do território deu um exemplo de trabalho esforçado, de competência, de eficiência, de devotamento popular como nenhuma outra.

A solução da crise exige a imediata dissolução da AR e a criação de condições políticas com base em novas eleições capazes de abrir novos horizontes à situação nacional.

Uma solução que exige a participação e a acção dinâmica dos comunistas portugueses.

Nacional

Trabalhadores da Vidreira da Fontela em luta

Os trabalhadores da Vidreira da Fontela (Figueira da Foz) estão em luta, exigindo a viabilização da empresa e o pagamento de sete meses de salário em atraso.

A luta arrasta-se desde Agosto de 81, mas quando tudo parecia indicar uma

solução, o Bancó Português do Atlântico, na passada semana, denunciou o contrato contra estudos e pareceres do IPE.

Após um plenário de trabalhadores realizado na manhã de terça-feira, foi decidido cortar o trânsito nos dois sentidos nos acessos à nova ponte da Figueira da Foz.

Ao fim da tarde de terça-feira, a sirene da fábrica foi accionada e os sinos da igreja de Vila Verde tocaram a rebate num apelo à população para se juntarem aos trabalhadores durante a noite, apelo esse que foi correspondido por mais de mil pessoas que levaram alimentos, bebidas quentes e cobertores aos trabalhadores em luta.

Ao rescindir o contrato de viabilização da empresa, o BPA impede a conclusão do forno de fusão em que a administração já tinha gasto 400 mil contos e que se encontra ainda inoperante.

A administração da Vidreira da Fontela, propôs recentemente aos trabalhadores que fossem para casa até meados de Janeiro, sem direito a vencimento.

PCP

Albano Nunes na Bulgária e Hungria

De 17 a 21 do corrente mês o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do PCP visitou a Bulgária e a Hungria, a convite, respectivamente, do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro.

Na Bulgária, o camarada Albano Nunes foi recebido pelo camarada Dimitar Stanichev, Secretário do CC do PCB e encontrou-se com o camarada

Dimitrov, Primeiro Adjunto da Secção Internacional do PCB. Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre as tarefas actuais do PCB e do PCP, abordadas questões da situação internacional e do movimento comunista e operário e examinada a cooperação entre os dois partidos para 1983.

O camarada Stanichev confirmou a solidariedade dos comunistas búlgaros para com os comunistas portugueses em defesa das conquistas democráticas da revolução do 25 de Abril e saudou os êxitos alcançados pelo PCP e Aliança Povo Unido nas eleições municipais de 12 de Dezembro.

O camarada Albano Nunes exprimi a solidariedade do Partido Comunista Português para com os comunistas e o povo búlgaro face à campanha hostil desencadeada pelo imperialismo e a reacção internacional contra a Bulgária Socialista.

Na Hungria, o camarada Albano Nunes foi recebido pelo camarada Micklós Ováni, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do POSH e encontrou-se com os camaradas Matyás Szurós, membro do CC e chefe do Departamento Internacional do POSH e Gyula Horn, sub-chefe do mesmo departamento. Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos, sobre questões da actualidade internacional e do movimento comunista e operário e examinada a cooperação para 1983 entre o PCP e o POSH.

Karl Marx
O 18 DE BRUMARIO DE LOUIS BONAPARTE

Uma das obras mais importantes do marxismo.

Com base nos acontecimentos revolucionários em França em 1848-1851, Marx desenvolve a teoria da luta de classes, da revolução proletária, e a questão da alitude do proletariado em relação ao Estado burguês e da aliança com o campesinato.

edições **Avante!**
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Karl Marx
AS LUTAS DE CLASSES EM FRANÇA

Pela primeira vez a explicação de todo um período da história Francesa do ponto de vista materialista.

É a elaboração, com base na experiência prática da luta de massas, das teses mais importantes da táctica revolucionária do proletariado.

edições **Avante!**
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CGL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 639306.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31296.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcazar de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26351.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 83-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Novembro: 47 787

Assembleia da República

Os resultados eleitorais provam a derrota da política da «AD» contra a Reforma Agrária

— salientou Mariana Lanita na AR

Somente mentalidades passadistas, como a revelada pela senhora Governadora Civil de Évora, serão incapazes de admitir o significado político dos resultados eleitorais no Alentejo e Ribatejo — começou por afirmar a deputada comunista Mariana Lanita na intervenção política que proferiu na Assembleia da República no passado dia 17. E acrescentou:

A derrota sofrida pela 'AD' no Alentejo e Ribatejo traduz, além do mais, uma derrota da política da 'AD' contra a Reforma Agrária. Uma política que resultou em fracasso, porque é manifesta a contradição à realidade social e económica desta vasta região, e que já está demasiado estafada nos seus argumentos para colher dividendos significativos na área do campesinato.

Prosseguindo, e salientando que a direita para atingir os seus objetivos de destruição total da Reforma Agrária precisava de novas soluções, a deputada Mariana Lanita referiu:

As soluções encontradas passaram então a assentar fundamentalmente na asfixia económica e financeira das UCP's/Cooperativas e na sua destruição final através dos chamados concursos públicos das terras na sua posse.

Destacando que esta é hoje a principal componente da política de destruição e que na sua origem está um inquérito governamental, inquérito que à partida era uma ameaça pois o Governo 'AD' afirmou ter em vista avaliar a viabilidade das unidades colectivas e que as que o não fossem seriam destruídas.

E mais adiante acrescentou:

E se a princípio ainda alguns admitiram que o MACP iria atingir as Unidades Colectivas eventualmente mais debilitadas, a realidade demonstra que os objetivos destruidores atingem desde logo as mais estáveis, as que maiores investimentos têm realizado, as que melhor vêm trabalhando no campo de produção, as economicamente mais equilibradas.

Citou depois alguns exemplos de UCP's nestas condições e que têm as suas terras colocadas a concurso público. E todas estas unidades fizeram grandes investimentos, ocupam grande número de trabalhadores, possuem grandes efectivos pecuários e de máquinas, conseguem boas culturas e não têm dívidas, entre muitos outros aspectos positivos de uma boa gestão.

E Mariana Lanita acrescentou para quem na Assembleia da República quisesse ouvir:

A manter-se esta avalanche de concursos públicos, poucas ou nenhuma Unidades Colectivas ficarão de pé.

E mais adiante: Mas, com que pretextos se destroem Unidades Colectivas viáveis, em plena produção, onde trabalham milhares de homens e mulheres que para lá da sua força de trabalho mais não possuem que uma nova promessa de vida que a Reforma Agrária lhes trouxe?

A pretensa "distribuição de terras a pequenos agricultores" não é feita no cumprimento do preceito constitucional que assenta na expropriação dos latifúndios, mas sim à custa, e com essa única finalidade, da destruição

das UCP's/Cooperativas. Milhares de trabalhadores ficam sem a terra que detinham em posse útil e são lançados no desemprego, em benefício de umas dezenas de indivíduos que na sua grande maioria nada têm a ver com o estatuto social e económico dos agricultores.

Negociantes de gado, comerciantes, alugadores de máquinas, marginais, famílias ou empregados de grandes agrários constituem a fauna predominante que aparece a concorrer às terras das UCP's/Cooperativas. Muitos deles aparecem simultaneamente em vários concursos — são os arregimentados que vão a todas.

Continuando a sua intervenção política, a deputada comunista apontou depois as razões que justificam a política do Governo 'AD':

Apenas a tentativa desesperada de reconstituir a propriedade e os privilégios dos grandes agrários pode justificar para a 'AD' tantos e tão elevados custos sociais e económicos.

Para milhares de trabalhadores, para quem a garantia de trabalho e a estabilidade da vida familiar eram uma aspiração fundamental a Reforma Agrária representou muito mais. Foi a construção de uma nova forma de vida. Foram as creches, os centros de dia para idosos, foram cantinas escolares e centros de cultura e recreio. Foi a imposição da sua própria dignidade, da sua condição de homens livres com direito a construírem o futuro.

A 'AD' ameaça destruir este mesmo futuro.



Amanhã, sexta-feira, à meia-noite, entraremos num novo ano e à semelhança de ocasiões idênticas várias organizações do PCP realizam grandes jornadas de convívio popular, abertas a todos os democratas.

A música para todos os gostos, bailes até ao nascer do Sol, os sorteios, a alegria e, principalmente, a confiança inabalável na luta do Povo português neste novo ano que agora vamos começar serão, certamente, características comuns às festas de passagem de ano organizadas pelos militantes comunistas em vários pontos do País, algumas das quais têm já tradições bem enraizadas.

À nossa Redacção chegou-nos a informação das seguintes festas de fim de ano:



Porto

Iniciativa do Comité Local do Porto, a festa de passagem de ano realiza-se no Pavilhão do Académico, a partir das 21 e 30, contando com a presença de Paulo de Carvalho, "UHF" e "Discotecção" — espectáculo de luz negra.



Coimbra

O centro Recreativo do Bairro Norton de Matos foi o local escolhido para festa em Coimbra.

Um pouco antes da meia-noite, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, fará uma intervenção.

Os conjuntos "Manifesto" e "Maria da Fonte" animarão a festa até de madrugada.



Viseu

Promovida pela Comissão Distrital do PCP, realiza-se a «Festa Povo Unido» no pavilhão da Feira de S. Mateus, em Viseu.

Actuarão dois conjuntos musicais de Aveiro, «Mandrágora» e «Wave Band».

Tendo em conta o êxito de iniciativas semelhantes, a organização espera um êxito ainda maior para este ano.



Lisboa

O Comité Local de Lisboa promove a festa de passagem de ano no Clube Atlético de Campo d'Ourique (CACO).

A música será uma presença constante desta festa, que contará com os grupos "Terra Nova", "Trio Vanguarda", "PH-5", "Etc" e "Rock e Valsas".

No decorrer da festa será sorteada a rifa "Eleições 82".



Almada

A comissão concelhia de Almada promove a festa de passagem de ano no Pavilhão da Romeira, com a animação do grupo "Orion".

Três casos do distrito de Coimbra apresentados pelo deputado João Abrantes

Três questões do distrito de Coimbra apresentou, no passado dia 16 de Dezembro, na Assembleia da República, o deputado comunista João Abrantes. Questões graves como salientou e tanto mais graves enquanto se mantiver ou permaneça a hipótese de continuar o Governo «AD».

Eleito pelo distrito de Coimbra, o deputado João Abrantes começou por focar o primeiro caso, assunto já largamente tratado na imprensa que se preocupa pelos problemas dos trabalhadores mas que até agora não encontrou por parte das autoridades responsáveis a solução que se impunha.

Trata-se da Empresa Vidreira da Fontela, no concelho da Figueira da Foz. Num histórico breve, informou a Assembleia:

Esta fábrica de vidro, criada em 1920 e na qual já suaram três gerações de operários, vem desde Agosto de 1981 a enfrentar grandes dificuldades na sua normal laboração.

Argumenta a administração que a empresa não é viável, vem acumulando prejuízos e que a declaração de falência é inevitável.

Sabem e provam-no os trabalhadores que não é assim. Em 24 de Maio deste ano, já com salários em atraso desde Outubro de 81, os trabalhadores paralisaram pois a administração cancelara os pagamentos desde 15 de Março, apesar de terem continuado a sair normalmente os carregamentos de material.

Conseguem com essa luta um compromisso de liquidação escalonada dos débitos a concluir até Agosto. Regressam ao

trabalho, sem quebra de produção. O acordo não é cumprido. Em 16 de Agosto trabalhadores e suas famílias deslocam-se à Figueira da Foz e frente à Câmara Municipal, numa das maiores manifestações até hoje realizadas naquela cidade, exigem o pagamento dos salários em atraso e a garantia dos seus postos de trabalho.

Recebem do presidente da Câmara a garantia de alertar o Governo para o dramático da situação mas a resposta da administração não se faz esperar: mandam apagar um dos fornos por falta de fornecimento de fuel.

Em sucessivas reuniões a administração e os principais credores não chegam a nenhum acordo preciso.

Em 25 de Agosto trabalhadores e quadros técnicos decidem cortar os fornecimentos à excepção dos feitos por troca de fuel para manterem acesso a forno novo.

Evita-se assim a paragem do forno mas ele queima duzentos

contos/dia de fuel para a atmosfera. Assim, os trabalhadores propõem à administração a fabricação de garrafas para pagar o combustível, o que é aceite. Estão nesta situação desde Setembro e só com um forno a laborar já conseguiram pagar boa parte dos salários em atraso e trazem em dia os compromissos que assumem.

O argumento de falta de rentabilidade cai assim pela base. Mas o cerne não é esse e nós que temos acompanhado com empenho a luta destes trabalhadores não caímos nas suas verdadeiras causas.

O que está por detrás de tudo isto é uma grande golpeada da alta finança tendente a provocar a falência da empresa para depois a adquirir a baixo preço, sem assumir qualquer encargos com os trabalhadores.

A golpeada que se prepara

O Instituto de Participações do Estado aconselhou a empresa a encomendar um estudo de viabilização à Empresa Geral de Fomento; o estudo concluiu pela viabilidade sendo necessário um aumento do capital social.

Todos concordaram com o estudo (há pareceres do IPE, da Empresa Geral de Fomento e da Secretaria de Estado das Finanças) mas depois a Secretaria de Estado das Finanças diz não ser necessário dar auxílio para aumentar o capital social, pois a Banca não hesi-

tará viabilizar a empresa face ao estudo e esta (Banco Português do Atlântico, líder dos credores) diz que só com o aumento de capital realizará o contrato de viabilização.

E porque isto? Porque a administração esteve confiada a homens como Moreira dos Santos, vereador da AD na CM da Figueira da Foz, administrador da CIMPOR, que também planeia encerrar com o Projecto de Urbanização da Encosta Sul da Serra da Boa Viagem, que defende e apadrinha. E porque um dos principais clientes da Vidreira da Fontela é a SOGRAPE. E porque a SOGRAPE cancelou as encomendas (para ajudar), e quer comprar a fábrica mas não quer os trabalhadores.

E porque o senhor José Domingos, director da SOGRAPE está ligado aos Quinas por laços familiares. E porque a Vidreira da Fontela possui alvará para fabricar vidro plano, projecto aprovado e muito terreno. E porque comprando tudo isto a Covina será estrangulada e destruída pois os senhores José Domingos/Quinas/Moreira dos Santos/AD já lá têm um homem de mão, Rebelo da Silva, que está a preparar a recepção e que foi presidente do Conselho de Administração da Barbosa e Almeida em Avintes, que é da SOGRAPE.

Questões que se colocam

— Se a empresa não dá lucro, porque se investiram 600 mil contos num forno, a que só faltam 50 mil para o pôr a funcionar?

— Porque não se desbloqueia a verba da Direcção-Geral da Energia que está atribuída para um outro forno já que o que está por concluir permite igualmente economizar energia e o critério da atribuição, manter-se-ia?

— Porque não promove a Secretaria de Estado das Finanças o aumento do capital social e prefere que se agrave a situação da empresa que em 1982 deu 28 mil contos de lucros, tendo pago 120 mil de juros?

— Não se preocupam o Governo e os senhores deputados da maioria com a sorte de mais de 900 trabalhadores (650 da Fontela e 260 de mais cinco empresas que vão à falência por arrastamento: Artesela (empalhamento), Empresa de Confecções de Fontela, Quimego, Briquema e a Belchior da Marinha Grande)?

— Cinco milhões de contos vale a fábrica. Com 1,5 milhões de contos de dívidas justifica-se a falência?

Desmantelar a Agfa

Passou em seguida ao segundo caso, a fábrica de ma-

terial fotográfico Agfa-Gevaert, em Taveiro, a 7 quilómetros de Coimbra e filial da multinacional Bayer, afirmando:

Instalada há seis anos beneficiou então de isenção de impostos, financiamento de grande maioria do investimento (160 mil contos) adquiriu 230 m² de terrenos a preços irrisórios (110 mil a 1500 m² à Câmara de Coimbra e os restantes a pequenos agricultores), utilizou os pavilhões do Centro de Formação Profissional acelerada da Pedruiha, gratuitamente, durante um ano, enquanto se construiu a fábrica e obtava subsídios avultados para a formação de pessoal.

Comprometeu-se a dimensão a empresa para criar 1700 postos de trabalho e contribuir para a redução do défice da balança comercial com a RFA pelo volume de divisas que a exportação permitia ao nível dos 1700 empregos.

Nada disto, que assumiu livremente e que lhe permitiu obter estas facilidades, cumpriu. Não desanviou a dimensão da empresa (ocupa apenas 60 mil dos 230 mil m² adquiridos), não ultrapassando nunca a admissão de 661 trabalhadores que teve em 1980.

Pretende agora a administração oeste-alemã fechar a fábrica, alegando que esta é altamente deficitária.

Para tanto anunciaram aos 601 trabalhadores no dia 2 de Novembro o início dos despedimentos em 15 de Novembro, dos 143 contratados a prazo cujos contratos (não deixa de ser significativo) perfazem, em mais de 80 casos, três anos de contrato a prazo em Dezembro e Janeiro próximos. Os efectivos trabalharão até 30/6/83 sem garantias e a partir daí ou a unidade é reconvertida ou vendida.

Também aqui são mais 368 trabalhadores os atingidos para além dos 600 da Agfa, que absorve a totalidade ou grande parte da produção das empresas Vidreco (plásticos), SINTEX (material isolante) e R. Durão (caixas de cartão polimérico).

Não é, aliás, a primeira vez que a Agfa faz despedimentos: já há 4 anos foram 155 e só não foi colectivo porque o alarido feito pelos trabalhadores foi tal que seria clamoroso concretizá-lo. E de cada vez que surgem problemas na empresa, mais se adensa o clima de pressão sobre os trabalhadores, sobretudo as mulheres, que têm 45 minutos para almorçar e muitas delas andam em tratamento psiquiátrico.

— Manter-se-ão, o Governo e os senhores deputados seus apoiantes, impávidos e serenos com a destruição de mais quase 1000 postos de trabalho de pessoal altamente especializado?

Advertisement for the book 'Escrito na Cella' by Fernando Miguel Bernardes. The text describes it as a witness and narrative of an old political prisoner. It includes the publisher's name 'edições Avante!' and the collection 'RESISTÊNCIA'.

Advertisement for 'revista internacional' (international magazine). It features the text 'um mundo de informação' and 'já à venda nº 10'. There is an image of a globe and a person.

PCP

«O balanço da organização tem de apontar para o seu reforço e para um melhor acompanhamento»

— sublinha «O Militante»

«Esmagadora derrota da AD. Importantes vitórias da APU» — este o título principal de primeira página do número 90 (edição de Dezembro) de «O Militante», boletim de organização do Partido Comunista Português. Nas suas 32 páginas de informação e esclarecimento encontramos outros artigos de especial importância para a compreensão das grandes questões que se colocam aos militantes comunistas no âmbito das tarefas para o reforço e dinamização do Partido e da luta política e ideológica.

É o seguinte o sumário dos trabalhos publicados na edição deste mês: o balanço da organização tem de apontar para o seu reforço e um melhor acompanhamento; instrumentalização das Forças Armadas; a ameaça de guerra nuclear e o movimento de massas pela Paz; a proposta do 1.º Congresso da USL; maternidade, planeamento familiar, interrupção voluntária da gravidez — das vitórias alcançadas às batalhas a travar; importante campanha entre os emigrantes; células de empresas; sobre as células de empresa no concelho de Vila Franca de Xira; influência do Partido nas ORT's do concelho; criar uma célula de empresa; uma célula de empresa — a organização do PCP na Siderurgia Nacional; a organização dos têxteis no concelho de Matosinhos.

A presente edição inclui ainda um índice classificado dos artigos publicados em «O Militante» no ano de 1982.

O trabalho eleitoral

No artigo intitulado «o balanço da organização tem de apontar para o seu reforço e um melhor acompanhamento», o boletim do PCP salienta:

«No último número de «O Militante» quis-se aproveitar algumas experiências colhidas na mobilização das organizações e na formação das listas de candidatos, para realçar certas questões que são muito importantes para perceber-se melhor o papel da organização e também para chamar a atenção para alguns dos problemas que importa ter muito em conta se queremos reforçar, e reforçar nitidamente, a organização do Partido.

«Ultrapassada a fase de apresentação dos candidatos, o período seguinte voltou-se fundamentalmente para a propagação, para a realização de sessões e, muito em particular, em quase todas as zonas, para o contacto directo com as populações distribuindo as propostas e os diversos documentos da APU, realizando muitos porta-a-porta, motivando as camaradas e os apoiantes da APU em geral para o diálogo com os eleitores.

«Todo este trabalho possibilitou um conhecimento muito melhor, muito mais profundo das organizações do Partido e dos seus membros, pondo a nu as suas qualidades e também as suas deficiências, ajudou de certo a perceber-se melhor qual a forma de resolver alguns problemas e tornou mais evidente as perspectivas de alargamento e de fortalecimento da organização.

«De todo este trabalho eleitoral realizado pode-se concluir que, onde a organização estava em actividade, com um acompanhamento regular, as questões que se colocaram foram vencidas com relativa facilidade quer no que se refere à formação das listas, quer à realização da pré-campanha e da campanha, a toda a acção eleitoral.

«Nessas freguesias e concelhos pôde-se organizar rapidamente essa acção e avançou-se com vontade, com entusiasmo, com perspectivas de melhorar nitidamente a influência nas autarquias e, até, em muitos casos, em que a maioria não é da APU, de as conquistar.

«Desconhecedores ainda, na altura em que se escrevem estas palavras, dos resultados eleitorais, pode afirmar-se, sem dúvida, que também nesse as-

maior influência e acção do Partido. Esta falta de compreensão é que está na raiz de não se voltar as melhores atenções e os melhores quadros para este trabalho».

A formação de novas Comissões de Freguesia

Sobre as Comissões de Freguesia, «O Militante» sublinha: «A constituição de muitas mais Comissões de Freguesia, juntamente com o reforço daquelas que já existem é uma outra direcção de trabalho que particularmente agora, após as eleições, tem de ser encarada com grande decisão. Sabe-se bem que não basta ter vontade, é necessário existirem quadros à altura para dirigir as organizações de freguesia e para acompanhar as Comissões que se formarem. As soluções que se têm de encontrar não podem separar-se das realidades que existem. É natural que se tenham de formar Comissões de Freguesia com camaradas pouco experientes ou com algumas deficiências notórias. É natural que também surjam dificuldades no que respeita ao acompanhamento e à ajuda às Comissões que se formarem. Mas é indispensável avançar neste campo, é necessário entusiasmar os membros das organizações de freguesia a tomarem maio-

O fortalecimento das células de empresa

Mais adiante, pode ler-se: «Naturalmente que tais direcções de trabalho têm uma expressão concreta e variada de acordo com as condições existentes em cada organização.

«Tratando a questão de um modo geral, parece ser possí-

velver mais a actividade do Partido».

Recrutamento

«Se estamos ligando todas estas direcções de trabalho à grande mobilização das organizações e das populações, não há dúvida que surge uma outra tarefa que evidentemente se prende estreitamente também a essa mobilização», refere ainda «O Militante», que desenvolve esta questão, esclarecendo:

«Estão criadas condições para se realizar um recrutamento activo junto de muitos simpatizantes que percebem a importância e a necessidade da militância. Há muitas pessoas sem partido e outras que vêm de outras correntes políticas que compreenderam o papel do Partido, ultrapassaram preconceitos anticomunistas e sentem que chegou a altura de, coerentemente com as posições que vêm assumindo, se tornarem membros do Partido Comunista Português.

«Sabe-se que, em algumas organizações, há certas atitudes sectárias que impedem o alargamento da organização. Surgem, também, por vezes, ideias de que não há que recrutar enquanto a organização não estiver melhor arrumada. São atitudes e ideias que não acompanham a vida e que não têm em conta que as mobilizações efectuadas, os muitos milhares de contactos pessoais realizados abriram possibi-

Contacto regular com todos os camaradas

«O contacto regular com todos os camaradas e o aperfeiçoamento da sua liga-

ção ao Partido é uma direcção muito importante do trabalho organizativo, que tem de estar igualmente presente nas nossas tarefas diárias», aponta «O Militante», que adianta:

«Por um lado, é necessário considerar todos os casos de membros do Partido que estão desligados e encontrar solução para eles. Para isso é indispensável saber com exactidão, concretizar esse contacto e assentar numa maneira realista com o próprio camarada a forma de ligação regular, embora possa ser pouco frequente. É na verdade, necessário que cada organização do Partido vá resolvendo os casos que, por vezes são numerosos, de camaradas que em nada contribuem para a implantação e a acção do Partido, que estão completamente alheios da actividade e da própria orientação do Partido».

Mais adiante, sublinha: «Por outro lado, o contacto regular, que deve ser utilizado para obter o pagamento regular da quotização e para a divulgação dos órgãos do Partido, tem de servir também para estreitar a ligação dos camaradas com o Partido e para ajudar ao seu desenvolvimento político e ideológico.

«Desse modo, na medida em que por todo o lado se proceder assim, estamos a unir mais todo o Partido organizadamente e ideologicamente, estamos em condições de desen-

Contacto regular com todos os camaradas

«O contacto regular com todos os camaradas e o aperfeiçoamento da sua liga-

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Esmagadora derrota da «AD» Importantes vitórias da APU



vel aproveitar a grande mobilização que teve lugar neste período quer da organização do Partido quer das populações — e os próprios resultados eleitorais que decerto indicarão não só uma clara descida da «AD» como um progresso nítido das forças democráticas consequentes aliadas na APU —, para se estabelecer, em cada organização, um conjunto de objectivos que sirvam o seu esforço.

«O fortalecimento das células de empresa existentes e a criação de novas células é uma primeira questão a que tem de se dedicar toda a atenção. Não existe ainda em muitas organizações a compreensão de que o reforço do trabalho nas empresas é que dá uma maior possibilidade de ligação do Partido às massas, é que permite, por isso, uma

responsabilidades, a tornarem-se dirigentes da respectiva organização e, ao mesmo tempo, é necessário mobilizar também os camaradas das Comissões-Concelhias ou de outros organismos intermédios para acompanharem e ajudarem, com regularidade, as novas Comissões de Freguesia.

«O reforço e a formação de novas Comissões de Freguesia contribuirão também para uma maior responsabilização das respectivas Comissões-Concelhias para o seu fortalecimento».

A política de quadros

A propósito da formação de quadros — «tarefa que não pode ser subestimada, pois tem repercussão em todo o trabalho partidário» — refere-se que «não é possível reforçar qualquer organização do Partido e, portanto, a organização em geral, senão se trabalhar, continuamente e cuidadosamente, na formação dos quadros. E isso exige um bom conhecimento dos quadros, que tem sempre de ser melhorado, exige que se preste uma grande atenção ao aproveitamento das suas qualidades e à sua evolução, exige que se promovam os quadros de modo a sentirem-se mais responsáveis, de acordo com aquela evolução, com a dedicação e capacidade demonstradas».

E acrescenta «O Militante»: «O tempo que se gasta na

Madeira

DORAM do PCP divulgou em conferência de Imprensa conclusões da sua reunião

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP realizou uma conferência de Imprensa na cidade do Funchal, no passado dia 21 de Dezembro, onde divulgou as conclusões da sua recente reunião.

No documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social, a DORAM do PCP salienta em primeiro lugar:

«As eleições de 12 de Dezembro passado trazem alterações de especial significado na evolução da situação política da Região Autónoma da Madeira.

«A descida eleitoral do PPD/PSD revela bem o descontentamento da população da Região pela ruínoza gestão daquele partido, caracterizada, como a APU tem anunciado, pela incompetência, prepotência, compadrio, corrupção e favoritismo. Apesar da descarada manipulação dos órgãos de Comunicação Social antes e durante a campanha eleitoral, o descalabro do partido do governo demonstrou bem o que a população pensa da sua gestão».

«Prossegue a DORAM: «A APU embora não alcançando os importantes objectivos da eleição de um vereador no Funchal e outro em Santa Cruz, subiu em toda a Região cerca de 300 votos, aumentando em percentagem de 2,7 para 3,1%. Estes resultados são positivos, mas de forma alguma demonstram a grande implantação da APU e do PCP, força imprescindível e cada vez mais necessária à defesa dos interesses da população.

«São de realçar os resultados positivos da Calheta e Ponta do Sol e em especial o extraordinário aumento da votação no concelho de Santa Cruz onde pela primeira vez elegemos dois elementos à Assembleia Municipal e um vogal à Assembleia de Freguesia onde passamos a ser eleitoralmente a segunda força política, traduzindo-se assim em votos o trabalho realizado pela APU como única força verdadeiramente de oposição naquele concelho.

«As ilusões semeadas pelo PS durante esta campanha eleitoral, que se manteve apagado durante três anos, como a APU claramente alertou, vão-se esbater na frustração, quando agora tiver que começar o trabalho contra a gestão PPD e na defesa dos interesses das populações. Esperamos que em próximas eleições a população da Região tenha em atenção este alerta que desde já deixamos.

«É no entanto estranho a forma como foram dadas indicações para eleitorado CDS votar PS no Funchal e eleitorado PS votar CDS em alguns concelhos do campo o que permite a este partido reacção alguns ganhos importantes nas zonas rurais.

«Repudiamos de uma forma

«Mas é evidente que a actuação naquele órgão, como reduto de esquerda, necessitará de uma estratégia de acção alargada de molde a permitir o reforço de acção contra a gestão PPD/PSD».

A terminar, a DORAM do PCP saúda calorosamente todos os militantes do Partido bem como todos os candidatos da APU e outros activistas que contribuíram para a grande movimentação e trabalho realizado.

Açores

Reunião da Comissão Executiva da DORAA

Decorreu na cidade da Horta, na ilha do Faial, uma reunião da Comissão Executiva da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP. Em debate estiveram os resultados das eleições autárquicas a nível nacional e regional e também as perspectivas de trabalho da organização do PCP nos Açores para o futuro imediato.

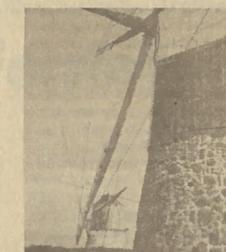
Sobre os resultados eleitorais no arquipélago, a Comissão Executiva da DORAA sublinha:

«Há um largo descontentamento popular pela política seguida pelo PPD, não se traduzindo tal descontentamento ainda em acção de oposição organizada. O PPD/PSD perdeu cerca de 15 mil votos na Região, não pelo facto de ser governo, mas sim pelo facto de ser um mau governo. Apesar da utilização do Aparelho Regional e do favoritismo ou controlo efectivo dos Órgãos de Comunicação Social por parte do PPD/PSD; apesar da desproporção de meios utilizados em relação a outras forças políticas, a perda de cerca de 10,5% do eleitorado do partido de Governo ilustra a perda de base de apoio do PPD/PSD, do Governo e dos órgãos de Poder Local por ele controlados que assim se vêem pela 1.ª vez confrontados com um «partido» maior que eles, o «partido da abstenção» que alcançou cerca de mais de 6000 que o PPD/PSD nos Açores. A subida das abstenções, mesmo em relação às últimas eleições autárquicas, revela uma margem significativa de ex-votantes no PPD que estão descontentes com a actual política regional e nos órgãos do Poder Local (na sua maioria sob o controlo do PPD)».

«Refere ainda o Executivo da DORAA: «O CDS, apesar da imagem falsa de oposição e da falsa ideia de defensor da liberdade e democracia e apesar ainda do forte investimento feito, não conseguiu alterar significativamente a sua votação em rela-

ção às eleições autárquicas anteriores. A subida relativa ao PS a nível Regional deve-se fundamentalmente a casos importantes mas localizados (Angra, Praia, P. Delgada, R. Grande e V. Franca do Campo) onde a vontade de oposição ao PPD/PSD criou a falsa ilusão de possibilidades de derrotar o partido maioritário. O apoio a determinadas figuras carismáticas, que foram promovidas por um processo de técnicas de propaganda e não propriamente por fidelidade a determinada linha política é disso expressão evidente».

«Tal ilusão revelou-se (e revelar-se-á) inútil em termos práticos, e de forma nenhuma introduziu (ou introduzirá) alterações substanciais à correlação das forças já existente, isto é, a capacidade de oposição por parte do campo democrático ao Poder Regional estabelecido, que não saiu (nem sairá) substancialmente reforçada para além do acto eleitoral, frustrará muitos dos votos no PS que mantém a sua intenção de prosseguir uma política geral dirigida fundamentalmente para entendimentos e alianças com o PPD/PSD».



«Através deles, a APU demonstrou, como a continuar a fazer, ser uma força viva, actante e interessada no progresso do Poder Local e no reforço da democracia dentro do espírito libertador do 25 de Abril».

«A Aliança Povo Unido saúda todos os cidadãos que integram as suas listas e participaram na campanha eleitoral, bem como todos os cidadãos que, mais uma vez, expressaram a sua confiança votando na APU.

«A Aliança Povo Unido saúda todos os cidadãos que integram as suas listas e participaram na campanha eleitoral, bem como todos os cidadãos que, mais uma vez, expressaram a sua confiança votando na APU.

Camaradas falecidos

Abílio Francisco

Faleceu no passado dia 27 de Novembro o camarada Abílio Francisco. Era membro da Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da freguesia de Pinhal Novo (distrito de Setúbal).

José Marchão

Com 23 anos, faleceu no passado dia 13 o jovem militante comunista José António Ferro Marchão, de Torres Novas. O camarada foi vítima de acidente de trabalho, tendo vin-

do a falecer no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. José Marchão, que chegou a ser funcionário do Partido na Organização Regional de Santarém, militava na JCP desde 1977.

Arnaldo Araújo

Personalidade prestigiada dos meios intelectuais da cidade do Porto, faleceu recentemente o camarada Arnaldo Araújo, de 52 anos, arquitecto, resistente antifascista. Desempenhava funções docentes na Escola Superior de Belas-Artes do Porto e foi fundador e diri-

gente da conhecida cooperativa portuense «Árvore».

«João Labaredas Resistente antifascista, preso nos finais dos anos 40 pela polícia política, democrata bem conhecido no Couço (Coruche), faleceu no passado dia 5 o camarada João Garcia Labaredas.

«As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo dos trabalhadores do «Avante!» expressa sentidas condolências.

«Foi positivo que o PPD/PSD se mantivesse arredado da Junta de Freguesia de Machico.

«Mas é evidente que a actuação naquele órgão, como reduto de esquerda, necessitará de uma estratégia de acção alargada de molde a permitir o reforço de acção contra a gestão PPD/PSD».

A terminar, a DORAM do PCP saúda calorosamente todos os militantes do Partido bem como todos os candidatos da APU e outros activistas que contribuíram para a grande movimentação e trabalho realizado.

«Repudiamos de uma forma

edições **Avante!**

Até amanhã camaradas Manuel Tiago
Obra completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais

Trabalhadores

Movimento sindical

Fora de vez com a «AD»

Tónica geral das concentrações por todo o País

Extraído da queda do Governo as conclusões que se impõem e destacando sempre o papel que nessa queda desempenhou a acção do Movimento Sindical Unitário, as associações sindicais têm tomado posição nacional, inclusive através de manifestações e concentrações com grande adesão popular a favor da realização antecipada de eleições e do afastamento completo da «AD» da área do Poder.

Como sucedeu com frequência, muito antes do pedido de demissão do Primeiro-Ministro e da queda deste Governo (o terceiro da «AD») a força popular organizada nos Sindicatos e nas outras estruturas representativas dos trabalhadores nos locais de trabalho, designadamente as CTs das grandes zonas industriais, continuam a opor com grande firmeza os motivos mais razoáveis e as razões mais evidentes para, depois de 3 anos de confrontações por vezes difíceis e sempre prejudiciais para a economia nacional, afastar de vez governantes e «políticos» que se fazem pagar por um altíssimo preço e que acabaram por sair claramente derrotados de um veredicto popular como foram as eleições de 12 de Dezembro para as autarquias e todo o Poder Local.

Na quarta e na quinta-feira da semana passada, em Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Marinha Grande, Ponte de Sor, Montemor, Covilhã, Peniche e noutras localidades

boa, Porto, Braga, Guimarães, USL e da CGTP-IN ao intervir durante a concentração de Lisboa. Muitos milhares de pessoas concentradas no Rossio ao fim da tarde de quarta-feira saudaram prontamente essas palavras do dirigente sindical que não deixou de acrescentar, perante as indefinições que persistem: «se não forem encontradas soluções favoráveis para os trabalhadores e para o País, o movimento sindical enfiará com redobrada confiança — sublinhou — novas formas de luta até que os nossos objectivos sejam alcançados».



O Povo português está farto da AD — uma tónica comum às diversas concentrações realizadas na passada semana pelo movimento sindical unitário, nomeadamente em Lisboa (na foto), Porto, Braga, Guimarães, Marinha Grande, Ponte de Sor, Montemor, Covilhã, Peniche e noutras localidades

Quase não seriam mesmo necessárias as intervenções produzidas durante as acções de ruas para que espontaneamente os trabalhadores atingidos muitos deles, milhares deles duramente, pela falta de pagamento de salários e lutando contra essa situação como sucedeu nomeadamente no caso da CIFA, tendo de enfrentar a GNR, exigissem com toda a legitimidade e rigor o desaparecimento total deste Governo e desta política que, nesta altura das Festas ainda mais fez sentir as preocupações que permanentemente tem criado e pode continuar a criar.

Dai a necessidade bem reafirmada em todo o lado de o órgão de soberania competente exercer os seus poderes numa situação como esta em que o descalabro económico toma feições de catástrofe com empresas de 6000 trabalhadores paradas por falta de encomendas, com ameaças sobre o emprego como nunca até hoje se fizeram sentir depois do 25 de Abril, com indicadores económicos internos e externos assustadores.

«Valeu a pena lutar». A queda deste Governo demonstrou, declarou Florival Lança, da USL e da CGTP-IN ao intervir durante a concentração de Lisboa. Muitos milhares de pessoas concentradas no Rossio ao fim da tarde de quarta-feira saudaram prontamente essas palavras do dirigente sindical que não deixou de acrescentar, perante as indefinições que persistem: «se não forem encontradas soluções favoráveis para os trabalhadores e para o País, o movimento sindical enfiará com redobrada confiança — sublinhou — novas formas de luta até que os nossos objectivos sejam alcançados».

Todas as grandes federações e uniões locais e distritais locais tomavam entretanto posições públicas durante a semana passada, salientando os conflitos existentes nas zonas e nos sectores, chamando a atenção para as lutas desenvolvidas para as responsabilidades crescentes deste Governo e dos seus homens na banca e no ataque às nacionalizações e ao sector empresarial no seu conjunto, à Reforma Agrária, e à organização sindical nas empresas, reprimindo liberdades, suprimindo garantias, eliminando direitos pelos quais os trabalhadores se viam forçados novamente a recorrer à greve e outras formas de luta, por vezes em condições semelhantes às do fascismo, ou agravadas até pelos divisionistas e com reflexos perigosos no prestígio dos sindicatos e no nível da sindicalização.

Se pretensões a um balanço dos últimos três anos de governos «AD» pode-se, no entanto, para já, extrair ensinamentos de uma das principais vias de ataque da política de confrontação que desde o primeiro governo «AD» tem vindo a ser seguida designadamente pelos ministérios com mais incidência na vida empresarial, sobretudo o do Trabalho, da Indústria, e das Finanças. A contratação colectiva, onde têm sido alcançadas vitórias e êxitos claros contra os vários tectos salariais, continua no entanto a ser cavale de batalha para todos os que pretendem promover os divisionistas sentando-os muito vezes indevidamente à mesa das negociações. Indevidamente porque não tendo representatividade para tanto, tentam assinar com eles acordos, contratos e outras convenções colectivas, que depois pretendem através do Ministério do Trabalho e do que designam por portarias de extensão fazer engolir aos restantes, à maioria dos trabalhadores.

Este processo, cujo abuso é evidente, mas que nunca é demais sublinhar, não tem tido êxito de maior. Mas é necessário estar precavido contra ele e desarmá-lo antes que possa actuar, como actuou por exemplo nos têxteis, um passado, o que motivou até uma queixa sindical para a OIT.

Por essa e outras vias a «AD» tem procurado desautorizar o Movimento Sindical Unitário, dando a mão à UGT ou a

tudo o que lhe está próximo, tudo o que afinal e principalmente se opõe, com o falso rótulo sindical, à grande central unitária, à CGTP-IN e à sua força decisiva no campo das relações de trabalho e de tudo o que diz respeito à defesa dos salários, do emprego, do nível de vida e do poder de compra das classes trabalhadoras em Portugal.

Foi com a consciência dessa realidade e também das ameaças e dificuldades de vária ordem que essa realidade acarreta que os trabalhadores saíram à rua, quarta e quinta-feira, tanto em zonas urbanas como rurais.

No Porto foi também uma grande multidão determinada e unânime que exigiu outro governo e outra política, a dissolução da Assembleia da República, a realização de eleições legislativas. Um não sem apeal a outro Governo «AD» foi a tónica geral da jornada promovida pela União dos Sindicatos do Porto, por 38 sindicatos do distrito e outras organizações representativas dos trabalhadores.

João Pacheco Gonçalves, da USP e da CGTP-IN, recordaria que não foi por acaso que nas zonas onde houve mais lutas dos trabalhadores foi onde a «AD», ou os seus partidos, perderam mais votos.

Como essas lutas têm tendido a generalizar-se, razões tem a «AD» e o Governo para temerem eleições. Mas não os trabalhadores.

Declaração dos Professores

O volume das reacções sindicais à queda do Governo «AD» não nos permite dar voz a todas com o relevo que merecem. A propósito parece-nos no entanto curial destacar a declaração que o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa aprovou para ser enviada ao Presidente da República e que é do seguinte teor:

1. A educação e o sistema de ensino assumem uma importância fundamental no contexto da sociedade portuguesa, interessando directamente a cerca de 20 por cento da população, ou seja, a quase 2 milhões de portugueses. Mas, indirectamente, interessam a todos os portugueses.

A Escola Portuguesa, enquanto instituição que deve estar ao serviço do progresso e da transformação social, está profundamente desacreditada, não responde às necessidades do desenvolvimento independente do País e às aspirações da juventude, é um local de insucesso e de frustração para milhares e milhares de jovens.

2. Hoje, a profissão docente está longe de ser realidade plenamente estí-

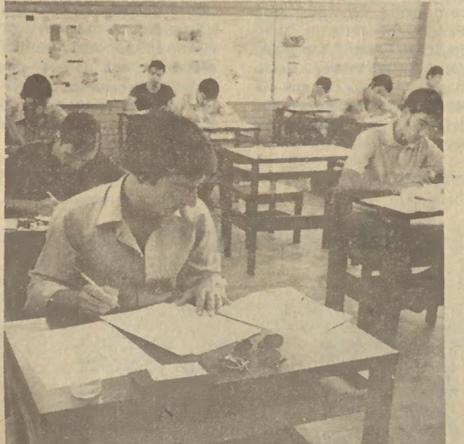
mulante e gratificante. Muitos professores auferem salários inferiores a 1974 e todos têm visto diminuir o seu poder de compra. Cada dia que passa, desvaloriza-se a

As perspectivas que o governo agora demitido apontava para 1983 agravavam ainda mais a situação. Pretendia-se impor aos professores e demais traba-

cativa, uma situação de inoperância e de ambiguidade, adiando e impedindo o inadiável desenvolvimento e democratização da nossa Escola.

Certa que educar e desenvolver são conceitos indissoluvelmente ligados, certa que na Educação se joga, em grande parte, o futuro da nossa juventude, o bem mais precioso de uma pátria, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, interpretando o sentimento de milhares e milhares de professores, que ainda mantêm vivas as esperanças que Abril tornou possíveis aos professores, reclama de V. Ex.ª uma intervenção decidida, dissolvendo a Assembleia da República, convocando novas eleições legislativas e nomeando um governo que assegure a imparcialidade do acto eleitoral.

A actual situação económica, social e política do país não presta ao regime democrático. Agir é, para todos aqueles que acreditam nos ideais de justiça e de progresso social, um imperativo nacional.



nossa profissão, degradam-se as condições materiais de trabalho nas escolas, não melhora a qualidade do ensino.

lhadores da Função Pública aumentos salariais muito inferiores à subida real do custo de vida. Mantinha-se, no domínio da política edu-

Lutas e acção sindical

Setenave: «o País poderá perder mais alguns milhões de contos» — Ao responsabilizarem mais uma vez o Governo «AD» pelos 6100 empregos da Setenave ameaçada de encerramento, os representantes dos trabalhadores afirmaram em conferência de imprensa que «o País poderá perder mais alguns milhões de contos só de indemnização ao armador Thyssen, pelo não acabamento até Agosto de 1983 de um petroleiro de 316 mil toneladas por ele encomendado». Os trabalhadores que têm levado a cabo várias formas de luta marcaram uma concentração em frente ao Ministério das Finanças na quinta-feira. Continuam a exigir a viabilização da Setenave e a mostrar as condições para o fazer.

journalistas portugueses são já «os que ocupam a pior posição na escala internacional da Europa».

Propondo ao patronato uma primeira reunião de negociações para 28 do corrente, o SJ protesta contra «o carácter provocatório da contraproposta da AID» e alerta para o facto de «a força da comissão negocia-

lada logo no início das negociações, pois não aceita o tecto salarial».

A proposta do SJ é de um aumento global da ordem dos 29,5 por cento da massa salarial.

● ANOP: trabalhar mesmo que «formalmente despedidos» — Os despedidos da Anop decidiram manter-se a trabalhar ocu-

● Transportes: eleita a Coordenadora — Com uma participação de 55 por cento dos membros efectivos das comissões de trabalhadores foi eleita terça-feira em Lisboa a Comissão Coordenadora das CTs. No acto em que estiveram representadas 9 empresas foram aprovados os estatutos da nova organização que tem âmbito nacional. A Coordenadora conta para já com as CTs da Carris, CP, Rodoviária Nacional, Metro, Companhia de Transportes Marítimos (CTM), Transtejo, AGPL (Porto de Lisboa), Sopotona e Socarmar.

● O «tecto» foi ao ar nas cantinas — Furando pelo seu lado o tecto «AD», os trabalhadores do sector de cantinas, refeitórios e fábricas de refeições conseguiram aumentos salariais de 28,8 por cento a partir de Janeiro e um aumento de 700 escudos no subsídio de refeição.

● CIFA: a luta já deu resultados — A CIFA, uma das dezanove grandes empresas — 1600 trabalhadores com grande número de operárias neste caso — com salários em atrasos, que mencionámos na edição da semana passada, conseguiram que o patronato se compromettesse a pagar pelo menos parte dos salários de Outubro e a realizar entretanto uma reunião com os representantes dos trabalhadores em luta.

Lembra-se que os trabalhadores da CIFA-Companhia Industrial de Fibras Artificiais com sede em Sobrado, Valongo, perto do Porto, cortaram em 22 do corrente a estrada Porto-Vila Real, na zona do campo, próximo da fábrica, obrigando à intervenção da GNR e assim alertar a opinião pública para a injustiça de que são vítimas.

A CIFA foi comprada pelos Mellós. Segundo informações recentes o mesmo grupo financeiro, bem conhecido do tempo do fascismo, acaba de adquirir posição maioritária noutra empresa — desta vez a Molaflex de S. João da Madeira.

Metalúrgicos

Recurso à luta mantém-se

Reunida para analisar a situação político-sindical imediatamente decorrente da demissão do Primeiro-Ministro do Governo «AD», a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do USL reclama a imediata demissão do dito Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais no prazo de 90 dias. A direc-

ção sindical aproveitou para saudar todos os quadros e associados e os trabalhadores do ramo em geral, na sua qualidade de representante e participante na acção combativa e persistente com realce para as greves gerais de Fevereiro e Maio e para as jornadas em torno da revisão da constituição, pela defesa do sector público, em defesa dos postos de

trabalho e pelo CCTVMM — contrato colectivo vertical do sector.

Subindo entretanto a última proposta patronal conhecida no princípio desta semana para os 21 por cento, a Federação dos Sindicatos do sector referido decidiu não a aceitar. «Esta nova posição» do patronato será derrotada como as anteriores, acrescen-

tou a Federação que a obrigará a subir como já aconteceu de resto, após várias greves, com a primeira contraproposta considerada «ridícula» pelos negociadores sindicais.

Se necessário, novas formas de luta serão concretizadas, estando previstas decisões na segunda semana de Janeiro num encontro de empresas com lutas no sector.

Luta na CPP O Governo que já não é é pelo menos caloteiro

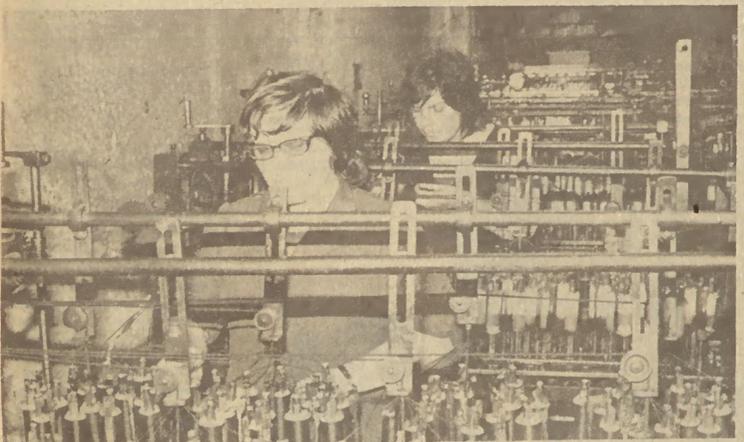
A Companhia Portuguesa de Pescas e a Sociedade de Reparação de Navios, recentemente integradas na manifestação de 15 mil trabalhadores que fez sair à pressa o Governo da sede do Conselho de Ministros, fugindo aos representantes dos trabalhadores com salários em atraso e sem quaisquer garantias de emprego, continuavam anteontem na mesma situação que, com pequenas diferenças se mantêm em todos os sectores atingidos, designadamente as pescas, a indústria naval e a marinha do comércio de que algumas das maiores empresas têm grandes instalações como se sabe na margem sul do Tejo, em concelhos do distrito de Setúbal. A CPP tem salários em atraso. A SRN não sofre por enquanto desse mal, mas tem outros que para lá se encaminham a passos largos.

Esta situação que atinge cerca de 20 empresas — algumas são das maiores do País, como a Setenave, a Lisnave, a CIFA — levou o plenário da

CPP a apoiar urgentemente todas as formas de luta necessárias para levar o Governo a assumir as suas responsabilidades, designadamente gerindo, ou mandando gerir como deve ser as empresas nacionalizadas e deixando de conduzir contra elas — com milhentos

pretextos «europeus» — um boicote destinado a fazê-las desaparecer como tal, diminuindo drasticamente o emprego e entregando aos grupos financeiros tudo o que ainda pode dar lucro no País.

E que entretanto paguem aos trabalhadores!



O têxtil de novo em luta. Na Cita pelos salários e o 13.º mês

anunciados por Balsemão na RTP e não foram aceites nomeadamente pela Função Pública, como se sabe. Agora, depois de serados os tectos do Governo extinto em vários lados, aparece a Associação de Imprensa Diária a oferecer 16 por cento aos jornalistas, incluindo os das agências de notícias. O Sindicato perante essa atitude «mais papista que o papa» da parte da AID considera «uma verdadeira provocação», tanto mais que os

dora sindical» depender «exclusivamente da vontade dos jornalistas para defenderem os seus legítimos interesses».

Entretanto, a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa recebia por sua vez uma contraproposta de 16 por cento da parte da AID para a revisão do CCTV-Imprensa-Agências de Notícias. «A Federação considera que esta primeira contraproposta deve ser reformu-

pando se necessário as instalações. Um plenário de trabalhadores decidiu ainda passar a noite de 26 do corrente nas instalações da agência que como se sabe está ameaçada de encerramento. Os Sindicatos representativos pediam entretanto uma audiência ao Presidente da República, enquanto o presidente do conselho de gerência, depois de assinadas as cartas de despedimento, se preparava para entrar em férias em 23 do corrente.



Determinação e unidade na luta dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pescas (CPP)

Nacional

Pioneiros de Portugal

As flores da solidariedade

Só agora, neste dobrar de ano, encerra a exposição «As crianças querem a paz», organizada pelos Pioneiros na sua Casa de Sete Rios e inicialmente prevista para o mês de Novembro — «O mês da paz».

Foi um êxito, que levou a Casa do Pioneiro muitas crianças de Lisboa, dos concelhos limítrofes e do distrito de Setúbal.

No livro de opiniões foram ficando os testemu-

nhos, individuais e colectivos (estes, como tivemos oportunidade de verificar, por vezes laboriosamente discutidos!) de numerosos núcleos, a demonstrar que através da actividade dos Pioneiros de Portugal é

possível fazer entender às crianças o que é, e a importância que tem a Paz. Mais ainda, fazer entender às crianças que para a defender elas próprias são chamadas a agir e a sua acção é importante — não apenas no futuro, mas já hoje, sobretudo através das campanhas de solidariedade que desenvolvem entre si e junto das outras crianças, a favor das que são vítimas da guerra ou de qualquer outra forma de violência.

Perante as imagens e as histórias das guerras, os pioneiros entendem melhor o que é a Paz, identificam-na com a própria vida. Como foi escrito por uma criança no livro da exposição: «para os pioneiros a Paz é tudo o que representa a vida, alegria, educação, casa, amor, compreensão e solidariedade».

Solidariedade. Vem a propósito dizer que esta palavra solidariedade, que as crianças aprendem de pequeninas a viver sem lhe conhecer o nome, acaba por ser o sentimento mais

fundo entre os Pioneiros de Portugal, a chave dos resultados mais notáveis obtidos numa actividade que, pode dizer-se, começou em Abril. Acaba por ter, entre eles, o significado que os adultos mais conscientes lhe dão.

E vem a propósito porque há semanas, num encontro com jornalistas na Casa do Pioneiro, o Sérgio, de Setúbal, e o Pedro e o Miguel de Lisboa contaram, entre muitas outras, duas pequenas histórias de solidariedade que só agora aqui ficam.

Uma foi a campanha de solidariedade às crianças vítimas do terramoto dos Açores, faz agora dois anos: os mais de três mil e quinhentos brinquedos recolhidos pelos pioneiros (e «quase sempre cada um de um deus o melhor que tinha», diz o Miguel) foram mesmo entregues, e os pioneiros guardam como preciosidades as cartas que em troca e agradecimento receberam de crianças dos Açores.

A outra foi «uma grande festa»:

— Imaginem vocês que



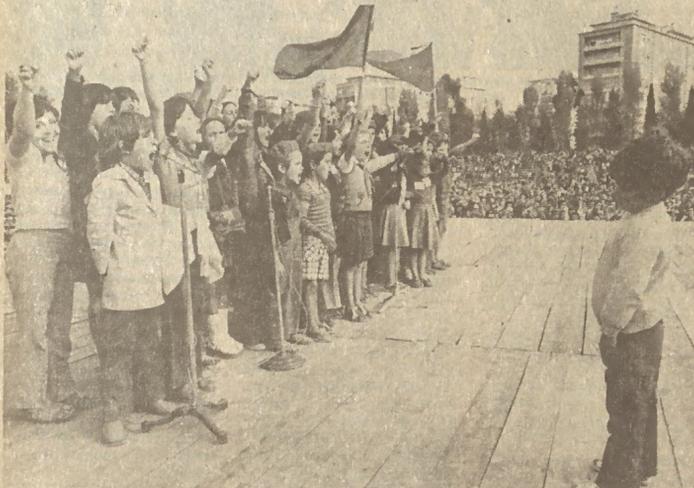
Este desenho, reproduzido na revista "Juventude do Mundo", testemunhou uma importante acção dos Pioneiros de Portugal de solidariedade com as crianças do Kampuchea

uma vez, estava um grupo de pioneiros na Hungria, e não é que vamos encontrar no mesmo campo crianças do Kampuchea com as pastas e os cadernos que nós lhes mandámos?! As crianças do Kampuchea, que receberam coisas de todo o mundo!...

É verdade: fora uma campanha de 1980 que eles, os Pioneiros de Portugal, chamaram «Uma pasta cheia de materiais». Recolheram mais de dez mil objectos escolares. Mas quem diria que os tornariam a ver?

Esta campanha, aliás, foi um dos seus grandes sucessos. O folheto que a apoiou tinha o desenho que reproduzimos, e a história dos pequenos Chey, Heng e Keo. Um e outra tiveram honras de reprodução em revista publicada em muitas línguas e levaram os sentimentos de solidariedade dos Pioneiros de Portugal não só aos meninos do Kampuchea mas aos de muitos outros países, que neles se inspiraram para organizar as suas próprias campanhas de solidariedade.

A Casa do Pioneiro em Sete Rios não é um palácio como os que existem para as crianças nos países socialistas. Muito menos o são as pequenas salas de pioneiros espalhadas já hoje por quase todo o nosso país. Mas já vai ali havendo muitos brinquedos e livros (atenção, amigo: sempre oferecidos...). Um sítio para brincar, conviver e aprender. Um sítio onde se pratica a fraternidade e solidariedade. Eles gostam, e nós também: nos Pioneiros somos ajudados a ter os filhos que desejamos.



Do «Álbum de família» dos Pioneiros de Portugal — Em 1975 eles apareceram assim: meio desalinha-dos e muito desalfinados, levantaram-nos a todos os que enchiamos o Estádio 1.º de Maio!

Pioneiro não é apenas uma idade

Falamos nesta página dos Pioneiros de Portugal e das suas actividades. Julgámos oportuno inserir aqui também uma pequena reportagem sobre os Pioneiros soviéticos escrita por José Serra, estudante português em Moscovo e colaborador do nosso jornal. No Palácio dos Pioneiros, na capital da URSS, desenvolvem a sua actividade aqueles que são os pioneiros dos Pioneiros...

Moscovo. Colinas de Lénine. Palácio dos Pioneiros. Muito espaço num vasto terreno. Um grande edifício com belos mosaicos com temas infantis. E muitos, muitos vidros. Entre. Indicam-me a sala do Clube de Amizade Internacional. Uma sala bem iluminada, cercada de vitrines e prateleiras cheia de objectos e prendas de todo o mundo. Ao fundo, uma pintura, o mundo e três factos acesos. Uma longa mesa de madeira ao comprido. E, como nas escolas já terminaram as aulas, muitas, muitas crianças.

Mas que crianças são estas? Apenas crianças. Cheias de imaginação, iniciativa e brincadeira. Crianças como outras quaisquer. Apenas uma coisa as distingue das outras, o facto de poderem ter a infância a que todas as crianças do mundo têm direito, mas a que poucas ainda têm acesso. São crianças por que lutaram gerações de adultos. Sim, é verdade. Elas são a classe privilegiada na União Soviética. Têm tudo. Podem aprender música ou dança. Podem cantar, desenhá-las, fazer fotografia ou simplesmente brincar. Brincar sem medo das bombas. Sem medo da guerra ou da fome de que os avós tanto falam. Mas sabem, sabem que não é assim em todo o lado. Que há países onde as crianças vivem mal. Onde passam fome e não podem ir à escola, não podem ir ao cinema, nem ao circo...

Mas voltemos ao Clube, onde a pessoa mais popular é, sem sombra de dúvida, Maria Soldatova:

— Queremos que os nossos pioneiros conheçam como vivem as crianças por esse mundo fora. Que sejam solidários com os povos em luta. Que se sintam participantes nessa luta, que dêem o seu contributo, por mais pequeno, por mais insignificante que possa parecer, que ajudem.

— Ao escutar Maria Soldatova, recordava-me da conversa que tive com Natacha, do entusiasmo com que me falava dos seus telefonemas...

Sinal de interrompido... Volta-se a marcar o número. Lentamente, o disco do telefone volta à sua posição inicial... O tempo parece que parou. Sinal de chamada.

— Oficial de serviço da prisão de Santiago escuta.

— Está lá? Eu queria falar com o senhor Luis Corvalán...

— Quem está na linha?!

— Pioneiros de Moscovo...

— De onde?!

— De Moscovo, sim. Queremos falar com Luis Corvalán.

— Não conheço ninguém com esse nome.

— ...

Natacha ainda tinha tanta coisa para dizer, ainda tentou, mas já era tarde. Já ninguém a escutava. Por um momento ainda se manteve imóvel. Poi-

so o auscultador. Por um momento, os amigos que a cercavam, nada disseram. Mais uma tentativa infrutífera. Não era a primeira, nem seria a última. Haviam de continuar a procurar Luis Corvalán, que os fascistas chilenos mantinham preso em local desconhecido. E assim fizeram. Foram surgindo ideias. Escreveram uma carta ao Pinochet. Falaram com gente «importante». Mandaram mensagens. Acções de solidariedade. Voltaram a telefonar para prisões. Para ministérios e estadomaiors. E assim sempre, incansáveis até ao dia em que Luis Corvalán foi libertado.

A campanha para a libertação de Luis Corvalán foi apenas uma entre muitas ao longo dos 20 anos de existência do Clube de Amizade Internacional. Mas Natacha sempre recordará precisamente essa. Porque essa foi a sua campanha, em que empenhou as suas forças, um pouco da sua alma e o seu grande coração de criança. E esse movimento, por seu lado, contribuiu para a formação da Natacha que conheci. E quantas Natachas não terão passado pelo Clube crescendo com o mesmo espírito de solidariedade?

Mas falemos um pouco de História.

O Clube apareceu precisamente há 20 anos. A ideia surgiu num grande comício de solidariedade com Cuba, que nessa altura estava a ser vítima de mais uma provocação imperialista. Surgiu e foi adiante. Mas por onde começar? Formaram-se grupos de trabalho. Aprenderam-se línguas. Re-

colhiam-se notícias. Onde era mais difícil?

Surge Portugal.

Multiplicavam-se as iniciativas de apoio à luta do nosso povo. O Clube não fazia tudo só. Mobilizava e organizava as outras escolas de Moscovo e do país...

Um recorte. «Avante!» de Abril de 1972.

«... Entregaram prendas para filhos dos presos as escolas n.º 171, 33, 23, 44, 168, 51, 35, 40, 26, 29 e 57, todas do bairro Lénine. Milhares de estudantes de várias escolas de Moscovo assinaram documentos de protesto contra a vaga repressiva em Portugal e pela libertação dos presos políticos...»

Os presos políticos sempre mereceram uma atenção muito especial dos pioneiros soviéticos.

Forte de Caxias. Vésperas de Natal. Uma altura especialmente difícil. Grades de ferro. Longe da família e dos amigos. Uma carta, mais concretamente, um postal com uma mensagem.

«Querida amiguinha. Sabemos em que situação te encontras. Por isso queremos que chegue até ti estes sinceros e sentidos votos: Feliz Natal e Ano Novo. Que ele seja portador de todos os teus sonhos e esperanças. Feliz Ano Novo.»

A amiga volta a ler e a ralar o postal. Assinam os pioneiros de Moscovo. Muito tempo depois, depois de passar despercebida ao controlo da polícia e ter percorrido milhares de quilómetros de distância, um pequenino papel de cigarro, escrito em letra miudinha e enrolado em canudo, chegava às mãos das crianças soviéticas.



Era a resposta.

«... Por detrás das grades salazaristas, símbolo da opressão de todo um povo, sabe

bem apertar a mão jovem que, de longe, se nos estende, plena de carinho, de compreensão e, implicitamente, também

tão carregado de estímulo...» É assim a Solidariedade.

Aproximo-me da vitrina dedicada à Portugal. Lá está. Um «Avante!» clandestino. Uns autocolantes, bonecos e outras lembranças oferecidas por este ou aquele camarada.

Também cá estiveram Manuel Rodrigues da Silva, Pires Jorge, Dias Lourenço, Sofia Ferreira, Octávio Pato, Bianqui Telxeira, Ildio Esteves, Alda Nogueira, Abolim Inglês, Margarida Tengarrinha e muitos, muitos outros camaradas. Mas quem mais nos impressionou pelo seu aspecto foi Francisco Miguel. Estava tão magro... Tinha saído da prisão há pouco tempo.

E os pioneiros lá estão. À volta da mesa ou simplesmente no chão. Rindo e falando. Falando do seu mundo. Da escola, das brincadeiras e dos amigos. Dos amigos de longe, a quem devem ter muita coisa para dizer. Dizer que ser pioneiro não é apenas desenhar, conviver, rir e brincar. Ser pioneiro é tentar conhecer e compreender o mundo. É ajudar, ser solidário com os outros. É exigir a infância a que todas as crianças têm direito. Ser pioneiro é uma forma de viver, não é apenas uma idade.



A escolha e preparação dos presentes para as crianças portuguesas, no Palácio dos Pioneiros de Moscovo, em vésperas de Ano Novo: é uma tradição que vem dos tempos do fascismo



Esta amizade e solidariedade forjava-se então, como hoje, no conhecimento mútuo. No seu Palácio dos Pioneiros, ano após ano, o conhecimento da realidade portuguesa nas fotografias, no livro, na carta